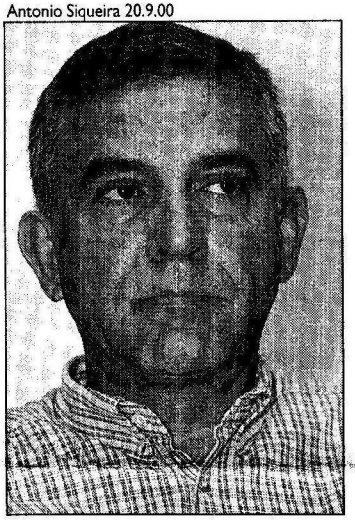
Projeto para conter invasões

O Fórum das Ongs do Distrito Federal e Entorno, que reúne 32 entidades ambientalistas, apresenta na próxima semana um projeto de lei na Comissão de Participação Legislativa da Câmara dos Deputados, cancelando o assentamento de novas famílias no DF. Caso seja aprovado, o governador Joaquim Roriz só vai poder autorizar a expansão das cidades e continuar o programa de doação de lotes para população de baixa renda depois do zoneamento econômico-ecológico do DF, previsto na Lei Orgânica.

Na segunda-feira, os ambientalistas do Fórum reúnem-se para discutir o teor do projeto de lei. O entendimento deles, no entanto, é de que o DF passa por acelerado processo de degradação ambiental. "É muita coisa ao mesmo tempo: corte de eucaliptos, novos loteamentos, invasões e expansão de cidades, como o Paranoá", afirma João Arnolfo, da Associação Olhos D'Água de Proteção Ambiental (Aopa).

A comissão, criada por sugestão do presidente da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), começou a funcionar ontem, com a posse da deputada Luíza Erundina (PPS-SP) na presidência. A idéia é que o novo espaço facilite a participação do povo no Congresso Nacional. Até hoje, entidades organizadas da sociedade civil só poderiam sugerir leis por meio de projetos de iniciativa popular, que exigem a assinatura de 1% do eleitorado do país.

Antonio Siqueira 20.9.00



"É MUITA COISA AO MESMO TEMPO: CORTE DE EUCALIPTOS, NOVOS LOTEAMENTOS, INVASÕES E EXPANSÃO DE CIDADES, COMO O PARANOÁ."

JOÃO ARNOLFO

Ex-presidente do Fórum do ONGs do DF e integrante da Associação Olhos D'Água de Proteção Ambiental (Aopa).

MOVIMENTO POR BRASÍLIA

O artigo 76 da Lei Orgânica do DF permite a mesma participação, desde que se consiga juntar 13.369 assinaturas. Os ambientalistas, no entanto, preferem encaminhar o projeto na Câmara dos Deputados. "Como não há nenhum mecanismo como esse na Câmara Legislativa, ficaríamos reféns de algum deputado e do jogo partidário da bancada dele", afirma João Arnolfo.

Os ambientalistas prometem brigar mais ainda para frear a ocupação desordenada do DF. O Fórum pretende se unir a outras entidades, como Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/DF) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), e lançar o Movimento de Defesa de Brasília. A idéia é não dar trégua em ações na Justiça em defesa do meio ambiente, como a ação civil pública que questiona a autorização do Conselho do Meio Ambiente do DF à expansão do Paranoá. Os ambientalistas se posicionaram contra o assentamento de 5 mil famílias numa área de 140 hectares.